

Revista Brasileira de Estudos Políticos

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956, Faculdade de Direito da UFMG e Fundação Valle Ferreira.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA : HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, RVBI, Latindex, CLASE, Crossref, HeinOnline, Electronic Journals Library - EZB, WorldCat, Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR, IBZ Online, Blook e International Bibliography of Social Sciences.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP) – 1956.

– Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política – Periódicos – Faculdade de Direito
da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITORA CHEFE: *Profª. Drª. Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva*

ASSISTENTE EDITORIAL: *Laura Passos e Sarah Uszynski*

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 12º andar, sala 1206 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)
Fundador, *in memoriam*

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA
Reitora da UFMG

PROF. DR. ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA
Vice-Reitor da UFMG

PROF. DR. HERMES VILCHEZ GUERRERO
Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MÔNICA SETTE LOPES
Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. JAMILE BERGAMASCHINE MATA DIZ
Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Francisco Molina Del Pozo (Universidad de Alcalá)
Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken)
Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa)
Prof. Dr. José Pedro de Matos Paiva (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Juan Antonio García Amado (Universidad de León)
Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade Frankfurt)
Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante)
Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law)
Prof. Dr. Newton Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)
Prof. Dr. Raffaele di Giorgi (Universidade de Lecce)
Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior (Universidade de São Paulo)
Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim)

Revista Brasileira de Estudos Políticos
(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 127 jul./dez. 2023

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Aida Kemelmajer de Carlucci (Universidad de Mendoza)
Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (Universidade Federal de Viçosa)
Prof. Dr. Antal Visegrády (Universidade de Pécs, Hungria)
Prof. Dr. Antonio Giménez Merino (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos (Universidade Federal de Goiás)
Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Carlos Miguel Herrera (Universidade de Cergy-Pontoise)
Prof. Dr. Daniel Nascimento (Universidade Federal Fluminense)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Gonçal Mayor Solsona (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. José Antonio Moreno Molina (Universidad de Castilla-La Mancha)
Prof. Dr. Jose Luiz Borges Horta (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Lyslei Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Marcello Di Filippo (Università di Pisa)
Prof. Dr. Marco Antônio Casanova (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Noel Struchiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Universidade de São Paulo)
Profa. Dra. Salete Oro Boff (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (Universidade Federal de Uberlândia)

Sumário

<i>Editorial</i>	9
Fundo Público de Campanha e aplicação da Lei de Licitação como mecanismo de controle do dinheiro público <i>Rosa Elena Krause Berger</i> <i>Adriano Sant’Ana Pedra</i>	15
Bolsonarismo e o fascismo na Era Digital <i>Augusto Jobim do Amaral</i> <i>Felipe Lazzari da Silveira</i>	55
Improbidade Administrativa e a Noção de Riscos Permitidos e Riscos Proibidos <i>Cristiana Fortini</i> <i>Fabício Motta</i> <i>Bernardo Tinôco de Lima Horta</i>	95
O Direito de Participação Política na Cidade <i>Cynthia Soares Carneiro</i> <i>Laís Gonzales de Oliveira</i>	123
Regulamento Sanitário Internacional e mobilidade humana internacional: uma análise do caso brasileiro durante a pandemia da Covid-19 <i>Daniel Damásio Borges</i> <i>Maria Eduarda Rodrigues</i> <i>Flávia Oliveira Ribeiro</i>	173
Além dos autos: análise dos fatores reais de poder no (des) cumprimento das decisões do STF <i>Fabício Castagna Lunardi</i>	207
Tecnopolítica, biocapitalismo e governamentalidade algorítmica: entre o confisco e a constituição do comum <i>Fernando Hoffmann</i>	247
A participação feminina no sistema político-eleitoral e a política de cotas no Brasil <i>Guilherme Perez Cabral</i> <i>Paola Montaldi</i> <i>Gustavo Freddi Toledo</i>	285

El Paro Nacional Agrario de 2013 y el régimen de certificación
de semillas en Colombia: un hito de la resistencia campesina

Iván Vargas-Chaves 319

Mapeamento histórico dos Direitos Humanos de pessoas
trans no Brasil e em Portugal

Liliana Rodrigues

Sara Lemos

Ana R. Pinho

Nuno Santos Carneiro

Conceição Nogueira 357

Subjetividade, Imunização e Personalidade: questionamentos
para o direito penal

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida 393

O que resta da senzala?

Marco Antônio Sousa Alves

Zilda Manuela Onofri Patente 431

Identidade de gênero e exclusão inclusiva: Análise da
violência institucional do Sistema de Justiça brasileiro na aplicação
da Lei Maria daPenha

Natércia Siqueira

José Borges de Moraes Júnior 467

The growing participation of International Organizations
and Non-State Actors in International Litigation: an Empirical
Map of the International Court of Justice

Paula Wojcikiewicz Almeida

Giulia Tavares Romy

Gabriela Hühne Porto

Mariana Gouvea de Oliveira 509

Mediation as a way to resolve corporate disputes

Vera Kapatsina

Saida Akimbekova

Gulmira Nurtayeva 567

National defense in the resolution of border disputes: the
experience of Indonesia and Malaysia

Yusa Djuyandi

Mustabsyrotul Ummah Mustofa

Luthfi Hamzah Husin 589

Normas para os colaboradores 617

Summary

<i>Editorial</i>	9
Partisan fund and Bidding Law application as a control and inspection mechanism of the public money <i>Rosa Elena Krause Berger</i> <i>Adriano Sant'Ana Pedra</i>	15
Bolsonarism and Fascism in the Digital Age <i>Augusto Jobim do Amaral</i> <i>Felipe Lazzari da Silveira</i>	55
Administrative Improbability and the Notion of Permitted and Prohibited Risks <i>Cristiana Fortini</i> <i>Fabício Motta</i> <i>Bernardo Tinôco de Lima Horta</i>	95
The Right to Political Participation in the City <i>Cynthia Soares Carneiro</i> <i>Laís Gonzales de Oliveira</i>	123
International Health Regulations and international human mobility: An analysis of the Brazilian case during the Covid-19 pandemic <i>Daniel Damásio Borges</i> <i>Maria Eduarda Rodrigues</i> <i>Flávia Oliveira Ribeiro</i>	173
Beyond the process: analysis of the real power factors in the (non)compliance with decisions of the Brazilian Supreme Court <i>Fabício Castagna Lunardi</i>	207
Technopolitics, biocapitalism, and algorithmic governmentality: between confiscation and the constitution of the common <i>Fernando Hoffmam</i>	247
Female participation in the political-electoral system and the quota policy in Brazil <i>Guilherme Perez Cabral</i> <i>Paola Montaldi</i> <i>Gustavo Freddi Toledo</i>	285

The Agrarian Strike of 2013 and the seed certification regime in Colombia: an achievement of peasant resistance	
<i>Iván Vargas-Chaves</i>	319
Historical mapping of the human rights of trans people in Brazil and Portugal	
<i>Liliana Rodrigues</i>	
<i>Sara Lemos</i>	
<i>Ana R. Pinho</i>	
<i>Nuno Santos Carneiro</i>	
<i>Conceição Nogueira</i>	357
Subjectivity, Immunization and Personality: some remarks for criminal law	
<i>Leonardo Monteiro Crespo de Almeida</i>	393
What remains from “senzala”?	
<i>Marco Antônio Sousa Alves</i>	
<i>Zilda Manuela Onofri Patente</i>	431
Gender identity and exclusive inclusion: Analysis of institutional violence of the brazilian Justice System in the application of the Maria da Penha Law	
<i>Natércia Siqueira</i>	
<i>José Borges de Moraes Júnior</i>	467
A expansão da participação de Organizações Internacionais e Atores não-estatais na litigância internacional: um mapa empírico da Corte Internacional de Justiça	
<i>Paula Wojcikiewicz Almeida</i>	
<i>Giulia Tavares Romy</i>	
<i>Gabriela Hühne Porto</i>	
<i>Mariana Gouvea de Oliveira</i>	509
Mediação como forma de resolver disputas societárias	
<i>Vera Kapatsina</i>	
<i>Saida Akimbekova</i>	
<i>Gulmira Nurtayeva</i>	567
Defesa nacional na resolução de disputas fronteiriças: a experiência da Indonésia e da Malásia	
<i>Yusa Djuyandi</i>	
<i>Mustabsyrotul Ummah Mustofa</i>	
<i>Luthfi Hamzah Husin</i>	589
<i>Directives for contributions</i>	617

Editorial

A Revista Brasileira de Estudos Políticos da Faculdade de Direito e Ciências do Estado, cujo reconhecimento acadêmico e científico deve-se mormente aos autores e às autoras que contribuíram com os respectivos artigos e pesquisas, em especial nesta edição. Cada um dos textos que foram selecionados mediante a aplicação do double review trazem temáticas relevantes que devem ser objeto de uma leitura atenta.

A RBEP ao longo de todos esses anos alcançou milhares de leitoras e leitores do Brasil e do mundo interessados em debater as questões jurídicas, sociais, econômicas e políticas, que envolvem problemas que devem ser objeto principal da missão institucional universitária. Sinto-me honrada em fazer parte da construção diuturna da revista como Diretora.

Desta forma, o trabalho da Professora Doutora Rosa Elena Krause Berger e do doutor Adriano Sant'Ana Pedra apresenta a necessidade da criação de mecanismos de controle a serem implantados e exigidos do partido político quando faz uso de verbas públicas por meio do fundo partidário, asseverando a inconstitucionalidade do artigo 44, § 4º, da Lei 9.096/1995 por conceder autonomia aos partidos políticos para aquisição de bens e serviços sem o cumprimento da Lei de Licitações e Contratos.

O Professor Doutor Augusto Jobim do Amaral e o Pós-Doutor Felipe Lazzari da Silveira trazem uma discussão relevante acerca do fenômeno denominado de Bolsonarismo e sua aproximação com o ideário fascista. Relacionando o problema à análise de discurso focada em três importantes manifestações públicas de seu líder, o político de extrema direita, na época, Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Com objetivo de investigar a distinção entre ato de improbidade administrativa e ato meramente ilegal, a

Professora Doutora Cristiana Fortini e o Doutor Fabrício Motta, propõem um aprofundamento nas noções próprias do Direito Penal, consubstanciadas na concepção de riscos permitidos e riscos proibidos. .

Em seguida, a Doutora Cynthia Soares Carneiro, junto à Mestra Laís Gonzales de Oliveira analisam, a partir das manifestações de junho de 2013, em que cidadãos e cidadãs ocuparam as ruas das cidades e vocalizaram sua demanda pelo acesso igualitário aos serviços e vantagens oferecidos pela cidade, o direito à participação política na cidade. Observando que dentro do espaço de prática da cidadania, o direito de participação política reúne todos os direitos que promovem a participação influente dos cidadãos e cidadãs no governo, sendo que a (re)criação de “novos” espaços e de “novas” formas de manifestação política (re)constrói o conteúdo e o exercício do próprio direito de participação política.

Durante a pandemia da Covid-19, os Estados empregaram medidas sanitárias restritivas que afetaram direitos, tais quais a liberdade de circulação, atingindo a mobilidade humana internacional, com práticas como o fechamento de fronteiras, a partir disso, o Professor Daniel Damásio Borges, a Mestranda Maria Eduarda Rodrigues e a Mestra Flávia Oliveira Ribeiro, analisam as medidas impostas pelo governo brasileiro à mobilidade internacional durante essa emergência sanitária.

O Doutor Fabrício Castagna Lunardi traz uma profunda análise da estrutura do cumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal, as hipóteses de descumprimento, a forma como o governo e as elites políticas buscam descumprir, direta ou indiretamente, as decisões judiciais, revertê-las ou retaliar a Corte.

Buscando uma compreensão da relação entre tecnopolítica, biocapitalismo e governamentalidade algorítmica no contexto do capitalismo cibernético-colonial que se constitui

como paradigma econômico dominante, o Doutor Fernando Hoffmam se propõe a clarear a lógica da governamentalidade algorítmica enquanto paradigma governamental e processo de confisco do comum, que produz uma subjetividade alienada, e arranjos tecnopolíticos algorítmicos à serviço do capitalismo cibernético, no contexto material de tensionamento com a possibilidade de constituindo o comum no campo ontológico, produtivo e prático, constituir-se tecnopolíticas do comum de combate, que possibilitem o acontecimento de processos insurrecionais no nível micropolítico e macropolítico.

Acerca dos dilemas da participação da mulher no processo político eleitoral, a partir de um cenário de exclusão feminina na sociedade brasileira, o Professor Guilherme Perez Cabral, Paola Montaldi e Gustavo Freddi Toledo, apresentam e analisam dados do contexto brasileiro. Para eles, a maior parte dos projetos legislativos ou de políticas públicas de incentivo à efetivação dos direitos políticos das mulheres é influenciada por postura discriminatória que rege a sociedade, presente inclusive no Superior Tribunal Federal.

O objetivo de Ivan Vargas-Chaves é analisar o problema do regime de certificação de sementes como um dos desencadeadores da Greve Agrária Nacional de 2013 na Colômbia, argumentando que os antecedentes e o consequente resultado da maior mobilização camponesa da história recente da Colômbia, concluindo que, apesar de o Governo não ter cumprido os acordos alcançados para conseguir o levantamento da greve.

Na sequência, os Professores Liliana Rodrigues, Conceição Nogueira e Nuno Santos Carneiro, junto às investigadoras Ana R. Pinho e Sara Lemos, apresentam o contexto histórico de surgimento dos direitos humanos a partir da Revolução Francesa e do iluminismo, passando pela Carta Internacional de Direitos Humanos, incluindo-se a Declara-

ção Universal dos Direitos Humanos e os seus pactos. Além disso, abordam uma concepção multicultural dos direitos humanos, como proposta teórica e política capaz de enquadrar com inteligibilidade às realidades das pessoas trans, afirmando que os significados dos direitos precisam de ser constantemente monitorizados para o reconhecimento efetivo da autonomia das pessoas trans.

Seguindo o sumário, Leonardo Monteiro Crespo de Almeida explora o potencial teórico das investigações de Roberto Esposito sobre personalidade e imunização da comunidade para uma teorização da violência no contexto do direito penal. Na hipótese do autor, a possibilidade de expropriação é intrínseca à intervenção coercitiva do Estado, o que foi explorado nesta pesquisa mediante o conceito foucaultiano de governamentalidade.

Partindo de uma análise que considera a guerra às drogas um dispositivo necropolítico, o Professor Marco Antônio Sousa Alves e a Doutoranda Zilda Manuela Onofri Patente, investigam a biopolítica enquanto racismo de Estado, partindo dos mercados varejistas de drogas como campo de estudo.

Sem mais, damos lugar a luta por reconhecimento que tem ocupado lugar de destaque no cenário político, filosófico e acadêmico atual. Para isso, a Pós-Doutora Natércia Siqueira e o Mestrando José Borges de Moraes Júnior realizam uma pesquisa bibliográfica, documental, com abordagem qualitativa, realizada no campo teórico, por meio do método hipotético-dedutivo. Em obtem como resultado a hipótese da violência institucional enquanto fator de limitação à aplicação da Lei Maria da Penha.

Nas últimas décadas, as organizações intergovernamentais aumentaram o seu envolvimento no processo de elaboração de legislação internacional, por isso, a Doutora Paula Wojcikiewicz Almeida, Giulia Tavares Romay, Ga-

briela Hühne Porto e Mariana Gouvea de Oliveira, que por meio de uma pesquisa empírica, mapeiam a prática da CIJ no que diz respeito à apresentação de informações relevantes ao Tribunal, visando discutir os limites e as potencialidades dos mecanismos disponíveis para garantir a participação de OIGs e ANEs em casos contenciosos e procedimentos consultivos.

Já Vera Kapatsina, Saida Akimbekova e Gulmira Nurtayeva têm como objetivo analisar os procedimentos de mediação como forma de resolução de disputas societárias tendo em conta as peculiaridades da legislação nacional da República do Cazaquistão.

Já Yusa Djuyandi, Mustabsyrotul Ummah Mustofa e Luthfi Hamzah Husin abordam aspectos do poder na Malásia, como a inviolabilidade das fronteiras, afirmando que as dimensões da defesa nacional não são apenas determinadas pela presença de forças militares, mas também por forças não militares, tais como aspectos de crescimento económico e infra-estruturas nas fronteiras.

Finalmente, não poderia deixar de mencionar a condução firme e resoluta da profa. Cristiana Fortini que atuou como diretora da Revista por mais de três anos, sempre com muita seriedade e brilhante capacidade intelectual, o que possibilitou a manutenção e acreditação junto às instâncias acadêmicas, institucionais e científicas. À profa. Cristiana todo nosso agradecimento!

Professora Doutora Jamile Bergamaschine Mata Diz
Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

